AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 Nº 01

7 de Janeiro de 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. 1 nº 01 7 de Janeiro de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Agricultura Brasileira: uma avaliação prospectiva (pg. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: preço de US$ 1,00/libra - peso poderia causar surpresas no mercado interno (pg. 6)

Cana de Açúcar: PROALCOOL adiciona incógnitas ao setor (pg. 7)

Pecuária de Corte: estoque regulador tem atuado como terapêutica conjuntural (pg. 8)

Soja: compressão de oferta poderá legitimar expectativas altistas (pg. 9)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Subsídio aos juros de custeio tem influência relativa sobre o crescimento de lavouras (pg. 11)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

ANÁLISE DA QUINZENA

Agricultura Brasileira: uma avaliação prospectiva

As recentes medidas de política econômica tomadas no final de 1976 têm produzido as esperadas reações de antagonismo dos diversos setores da economia brasileira. Estas medidas representam o início de um processo de ajustamento de nossa realidade ao novo contexto econômico mundial, exigindo o realinhamento da taxa interna de inflação e o saneamento da dívida externa. A agricultura, atingida direta e indiretamente, também tem participado do quadro de lamentações. No entanto, vale a pena avaliar até que ponto haverá real prejuízo para o setor primário.

O aumento das taxas de juros afetou as agroindústrias por elevar seus custos financeiros. Em alguns casos, o problema foi agravado pela anterior implantação de um sistema de incentivos à ampliação de capacidade, destinada ao atendimento de um número crescente de clientes externos. A crise do petróleo, e depois a lenta recuperação mundial, condicionaram o fraco desempenho das exportações e, agora, o alto custo do dinheiro prejudica a amortização dos investimentos realizados na época de "boom". Outra medida - a extinção do subsídio de 40% aos fertilizantes - terá pouca influência sobre a safra a ser colhida em 77. Excetuado o trigo, as grandes culturas anuais já se beneficiaram do subsídio. Não obstante, o corte do subsídio deverá afetar a intenção de plantio para a safra de 1977/78.

Não restam dúvidas de que estas medidas trarão algum prejuízo à produção agrícola. Contudo, o fator que realmente potencializa os efeitos negativos das medidas ora tomadas é a estrutura de produção da agricultura brasileira. O setor primário, e o complexo industrial que o apoia, se têm caracterizado por uma proteção crescente, que estimula e protege a ineficiência. Observe-se,por exemplo, o caso da indústria de fertilizantes. Ao longo de todo o período em que vigorou o subsídio de 40%, muitas fábricas não modificaram seu processo produtivo de modo a acomodar a eliminação da ajuda governamental. Usando grande parte de importados como matéria-prima,

não se conseguiu que o preço interno secundasse as quedas do preço internacional.

Diante da magnitude dos obstáculos estruturais ao desenvolvimento do setor, parece injustificada a grande publicidade que se tem dado às últimas medidas de política, cujos efeitos não ultrapassam um horizonte de curto prazo. Um sumaríssimo retrospecto de 1976 indica a ocorrência de outros eventos mais relevantes por seu impacto negativo a médio e longo prazos, embora tenham sido menos evidenciados. Senão vejamos:

- em meados de 76 o Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA) sancionou o Ato nº 38 que visava remunerar os produtores de cana nordestinos segundo o rendimento da matéria-prima. Era um primeiro passo no sentido de se eliminar gradualmente uma política ineficaz de subsídio no pagamento da cana, independentemente de sua produtividade. No último trimestre, ocorreu a revogação do Ato. Eliminou-se, assim, um instrumento capaz de estimular uma renovação tecnológica que elevaria o rendimento físico da cultura;
- o setor pecuário também experimentou sérias dificuldades de ordem estrutural. Por vezes, o governo conseguiu contornar o problema, como foi o caso do reescalonamento das dívidas junto ao ex-CONDEPE. Mas o Programa de Renovação de Pastagens (PRONAP) ficou paralizado por anemia orçamentária, e o programa de estoques reguladores não conseguiu evitar a descapitalização do rebanho;
- cortes significativos nas áreas de pesquisa e extensão rural postergaram o imenso esforço do governo em dotar a agricultura de um aparato tecnológico compatível com sua potencialidade.

- diversos impasses nas negociações sobre a exploração de jazidas têm retardado a concretização do Plano Nacional de Fertilizantes e Calcários Agrícolas (PNFCA) no prazo previsto, apesar do manifesto interesse da iniciativa privada em participar desse empreendimento.

Estes fatos dão uma medida das dificuldades do governo em atacar o principal problema da agricultura brasileira.

A problemática do setor em 77 encontra explicação na própria concepção do desenvolvimento brasileiro, que acentua o papel do setor secundário, enquanto a agricultura é tratada como mero coadjuvante, embora indispensável à viabilização dos objetivos programados. Segundo as linhas mestras adotadas, a industrialização se alimenta em incentivos à exportação de manufaturados e na substituição de importações. Ainda assim, os produtos primários continuam responsáveis pela manutenção do processo de desenvolvimento, na medida em que respondem pela maior parcela de receita cambial oriunda das exportações e mantêm abastecida a mão-de-obra urbana. A preocupação com o recrudescimento da inflação e com os desajustes no balanço de pagamentos, embora legítima, obriga a adoção das medidas consistentes com o modelo escolhido, porém não necessariamente compatíveis com a expansão do setor que afiança o modelo. Se as decisões atendem à necessidade de controle monetário, poderão também prejudicar o balanço comercial do país por diminuir a competitividade dos produtos primários.

Medidas simplesmente compensatórias não serão capazes de redimensionar o papel do setor agrícola no contexto futuro de nosso desenvolvimento. Prevalece, entretanto, a sua razão de ser enquanto perdurar a atual estrutura produtiva. A agricultura poderia se expandir na ausência dessas medidas desde que dotada de tecnologia eficiente e menos dependente de fatores aleatórios.

A perspectiva para o biênio 77/78 parece agravada com as especulações sobre o encarecimento do crédito rural. Argumenta-se que os custos de produção e comercialização sofrerão ...

pacto adicional, prejudicando os produtores. A evidência tem mostrado, todavia, que o subsídio advindo do crédito rural é uma variável de influência bastante relativa nas decisões de plantio (vide Notas Estatísticas, pg. 11). O volume de crédito desviado para o mercado financeiro e a existência de ponderável número de produtores que acabam pagando o custo de mercado confirmam este ponto de vista. Importa considerar, também, que a especulação quanto a possíveis medidas restritivas é que alimenta e expande as dificuldades futuras. As cogitações, algumas vezes alarmantes, quanto aos próximos anos, criam expectativas que magnificam a desaceleração econômica do setor.

É razoável esperar menores taxas de crescimento da agricultura nos próximos anos. O comportamento do balanço comercial estabelecerá o limite inferior de redução desta taxa: a superveniência de deficits acentuados induzirão ao uso de novas medidas protecionistas, a menos que a agricultura deixe de atuar como mero coadjuvante no processo de desenvolvimento.

*****
****
***
*

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

Há tranquilidade no mercado interno quanto às possibilidades de abastecimento a partir da safra 77 do Centro-Sul . Do lado da oferta, houve grande expansão da área plantada, principalmente em São Paulo e Paraná, maiores estados produtores. Apesar da queixa generalizada quanto ao baixo poder germinativo das sementes, e a condições climáticas desfavoráveis no Paraná, não restam dúvidas de que a produção será bem superior à péssima safra de 75/76. A demanda interna, por sua vez, deverá refletir as restrições econômicas previstas para 1977. A perda de poder aquisitivo, efeito inevitável da contenção da inflação, se fará presente através de redução na taxa de crescimento da demanda por têxteis, mantida em torno de 7% nos últimos anos. Como resultado, deveremos ter condições de aumentar nossa participação no mercado externo em relação a 1976, quando estivemos praticamente ausentes do comércio internacional.

No mercado externo, exportadores norte-americanos estão prevendo um movimento ascendente do preço internacional , já no começo de 1977. O motivo seria a crescente demanda internacional pelo algodão dos EUA, fortalecida com a entrada da Índia e do Egito comprando grandes quantidades no último mês de dezembro. Esperam também que a China Continental absorva de 300 a 400 mil fardos (64.530 a 86.040 ton) de algodão norte-americano. Atribuindo mais credibilidade a este comportamento das exportações americanas, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) divulgou últimamente uma previsão de exportações para 76/77 superior em 33% a 75/76 (de 709.830 para 946.440 ton). Alguns exportadores já não duvidam que o algodão esteja cotado a US$ 1,00/libra-peso na próxima Páscoa.

Surpreendentemente, a previsão de um preço internacional convidativo à época de nossa safra principal poderá, neste contexto, se constituir em motivo de preocupação. À boca da safra do Centro-Sul, uma avaliação muito otimista quanto à quantidade a ser colhida, associada a uma tendência ascencional do preço internacional pode resultar em comprometimento excessivo com o mercado externo. Na

ausência de controles adequados, esses dois fatores conjugados têm condições de potencializar dificuldades posteriores no abastecimento interno, deixando o mercado brasileiro, mais uma vez, à mercê da sorte da safra nordestina.

*** CANA DE AÇÚCAR

O PROALCOOL já completou um ano de existência mas ainda permanece em situação embrionária, atado às suas próprias contradições, apesar da alta prioridade do programa na agenda governamental.

Com o objetivo de neutralizar o sorvedouro de divisas em que se transformou o petróleo cartelizado, a implementação do PROALCOOL coincide com a crise do preço do açúcar no mercado internacional. A utilização da cana, antes destinável ao mercado externo, para a produção de álcool anidro seria a óbvia solução, sem maior esforço de raciocínio. Acontece que o PROALCOOL coincide também com acentuado declínio da produção e da produtividade da cana brasileira. Além disso, o Brasil poderá prejudicar seriamente sua posição nas negociações no novo "Sugar Agreement" se persistir reforçando publicamente a sua opção pela transformação de cana em álcool anidro, às expensas do demerara exportável.

Nisto reside o desencontro do PROALCOOL com a realidade: como atingir as metas de produção de álcool anidro, se há escassez de matéria-prima para a consecução dos planos de abastecimento de açúcar para os mercados interno e externo?

Quando o setor industrial dispõe de uma infraestrutura avançada, sua resposta aos estímulos de mercado ocorre prontamente. Nem sempre se pode esperar o mesmo do setor agrícola, especialmente quando há pontos fracos na estrutura produtiva. Assim, é de se confiar na rápida implantação de novas destilarias autônomas ou anexas. Duvidosa, porém, é a obtenção de um incremento correspondente de matéria-prima: sabe-se que as variedades mais produtivas estão envelhecidas, a tecnologia de cultivo subordinada a fatores aleatórios, as fronteiras agrícolas em áreas próximas às usinas e

destilarias estão exauridas e existem, nestas áreas, culturas alternativas de alta competitividade com a cana.

A preocupação do PROALCOOL em financiar novas destilarias, sem o estabelecimento prévio de uma política agrícola para a cana, pressupõe, imaginariamente, a auto-suficiência dos alambiques. A questão se agrava quando nos permitimos admitir que o parque alcooleiro já instalado tem, atualmente, uma capacidade ociosa em torno de 1,2 bilhão de litros, aparentemente à margem dos cálculos do programa.

*** PECUÁRIA DE CORTE

O governo conseguiu dois adiamentos importantes em 1976, às custas de um estoque regulador da ordem de 209 mil ton.

Em primeiro lugar, a relativa abundância no fornecimento de carne congelada aos supermercados do Rio, São Paulo e Brasília propiciou a postergação da inflação corretiva do preço do produto a nível do consumidor. Evitou-se, assim, a influência de aumentos do preço da carne no índice do custo de vida em 76, ainda que os consumidores já estivessem pagando acima do "acordo de cavalheiros" na maioria absoluta dos açougues do país.

Em segundo lugar, porém mais grave em suas consequências, o governo conseguiu adiar o momento crítico da crise financeira do setor frigorífico. O estoque regulador funcionou, também neste caso, como pivô do adiamento pois a COBAL, atuando discretamente, concedeu moratória às dívidas relativas à compra do estoque por parte dos frigoríficos.

Em ambas as situações, as medidas adotadas apenas tangenciaram o interesse dos pecuaristas, cuja problemática é antes estrutural que conjuntural. Por força dessas circunstâncias e, em parte, por causa dos adiamentos mencionados, o ano de 1977 não oferece muito alento aos pecuaristas de corte. A inflação corretiva dos preços a nível do consumidor terá impacto mínimo sobre o preço da arroba do boi vivo por causa da abundância da oferta na entrada da atual safra. E o adiamento da crise dos frigoríficos, embora tendo o méri

to de evitar o total colapso do setor, arca com os custos de perpetuar uma discutível política de subsídios aos industriais e aos consumidores.

O governo vê-se, assim, na contingência de acionar rapidamente um novo e ainda maior programa de estoques, evidentemente oneroso para a política de equilíbrio do Orçamento. A curto prazo, não parece existir solução alternativa à sustentação do preço da arroba do boi vivo senão imprimindo força à demanda para abate.

*** SOJA

O comportamento das cotações internacionais da soja em 76, certamente terá desapontado setores do mercado que antecipavam um retorno à situação singular de preços verificada em 72/73 . No início do ano, as especulações em torno da quebra da safra norte-americana - que mais tarde confirmou-se em 18% - faziam prever forte reação das cotações internacionais da leguminosa. Efetivamente, a reação restringiu-se à elevação em 38% dos preços no período abril/julho. A partir daí, a alta foi contida pela influência dos prognósticos de recorde na produção mundial de trigo e de grande colheita de milho nos Estados Unidos. No último trimestre, as cotações da soja voltaram a conhecer certa recuperação (6% no trimestre), influenciada, em parte, pelo insucesso da colheita soviética de girassol.

Embora frustradas as expectativas mais otimistas quanto ao alcance da alta das cotações em 76, as perspectivas do mercado mundial em 77 parecem apontar uma clara situação de insuficiência no abastecimento internacional da soja, o bastante para justificar preços firmes neste ano.

O principal indicador deste quadro é a previsão de queda no excedente mundial exportável de oleaginosas, óleos e gorduras comestíveis para a temporada 76/77. A diferença entre a disponibilidade mundial de exportação desses produtos e as exportações efetivas poderá retornar aos níveis de 73/74 (995 mil ton medidas em unidades de óleo), depois de alcançar o recorde de 1,7 milhão de ton em 75/76. Isto, considerando-se que as exportações mundiais se ele-

vem em 2,5% - estimativa conservadora, se comparada com o incremento de 20% verificado entre 74/75 e 75/76.

Em particular, o quadro de compressão de oferta é ainda mais acentuado no complexo soja isoladamente. Em decorrência da menor produção norte-americana, o excedente mundial exportável (medido em unidades de óleo) de soja e óleo de soja deverá se reduzir em 12% nesta temporada, fixando-se em torno de 4,9 milhões de ton. O saldo da oferta de exportações sobre a demanda poderá reduzir-se para apenas 300 mil ton, o mais baixo nível desde 72/73. Outro forte indicador da compressão de oferta está no setor de farelos oleaginosos, cujo volume disponível para exportação nesta temporada deverá cair em 10%.

Embora suficiente para sustentar uma tendência de alta nas cotações de soja, a influência desses fatores continuará a sofrer o impacto da elevada disponibilidade mundial de cereais. É possível, entretanto, que a política agrícola do novo governo norte-americano se dirija à sustentação dos preços internacionais do milho e trigo, via formação de estoques e elevação dos preços de suporte desses cereais. A se confirmar tal política, pode-se esperar por expressivo movimento de alta na trajetória dos preços internacionais da soja em 77.

*****
****
***
*

NOTAS ESTATÍSTICAS

A tabela e o gráfico da página 13 esboçam uma comparação entre o comportamento da taxa esperada de juros de custeio (em termos reais) e o desempenho de algumas lavouras anuais na região centro-sul. O objetivo desta comparação é o de procurar vislumbrar alguma relação de causalidade entre o montante do subsídio dado aos juros de custeio e o estímulo à produção agrícola. Em se tratando de uma investigação sumária, as inferências aqui apresentadas poderão ser bastante aperfeiçoadas por outros estudos exaustivos.

O conceito de taxa de juros de custeio relevante para uma investigação dessa natureza é a taxa computada em termos reais, ou seja, a diferença entre a taxa de juros nominal (aquela cobrada pelos bancos) e a taxa de inflação. Esta última, por sua vez, deve ser uma taxa esperada pelos produtores pois, no momento em que os agricultores solicitam o crédito de custeio, a taxa de inflação, durante o período de plantio, ainda não ocorreu. Assim, num conceito simples de expectativas, os produtores supostamente esperam, em cada período de safra, que ocorra a mesma taxa de inflação verificada durante o ano-safra anterior. Dessa forma, computou-se a taxa esperada de juros de custeio em termos reais, apresentada na primeira coluna da tabela e representada no gráfico.

Supõe-se,também, que a taxa de crescimento da área colhida em cada safra reflita a intenção real dos produtores em expandir ou contrair suas culturas. Seria preferível o conceito de área plantada mas, na carência dessa informação, usou-se os dados de área colhida que, em grande parte, evita as diferenças aleatórias entre a intenção de plantio e a quantidade colhida. Escolheram-se três culturas - soja, milho e algodão - por apresentarem indícios de comportamento diferentes umas das outras, pelos motivos que passamos a expor:

1 - A taxa esperada de juros de custeio em termos reais tem sido negativa em todos os anos-safra, exceto 73/74, refletindo significativo subsídio de crédito aos produtores

rurais que têm acesso a esse tipo de liberalidade. O grau do subsídio se eleva em 74/75 (isto é, quanto maior o subsídio, mais negativa é a taxa de juros). Neste ano-safra 76/77, o subsídio esperado é ainda maior, embora este último dado não apareça no gráfico nem na tabela.

2 - Se a rentabilidade de uma certa cultura for suficientemente alta por fatores independentes do grau de subsídio ao custeio, a elevação da taxa de juros nominal (ou uma queda da taxa de inflação) que determine consequente queda no subsídio, não terá impacto significativo sobre a taxa de crescimento da cultura. Aparentemente, este é o caso da soja, cuja alta rentabilidade tem sido determinada precipuamente pelas altas cotações internacionais, relativamente ao custo médio de produção. Assim, as taxas de crescimento da área colhida de soja têm sofrível correlação com o grau de subsídio ao custeio, como se observa no gráfico.

3 - Quanto maior for a concentração da produção de uma certa cultura em mãos de agricultores pequenos, e de subsistência, maior será a probabilidade de que estes já estejam pagando uma taxa de juros real de mercado, devido ao difícil acesso desses produtores ao crédito subsidiado. A cultura do milho parece oferecer um bom exemplo dessa situação. Neste caso, também seria modesto o impacto de variações no grau de subsídio ao crédito sobre o crescimento da cultura, como sugere o gráfico abaixo.

4 - Quanto mais elevada for a participação do custo do capital de giro no custo total, ressalvadas outras influências, maior será a influência do subsídio sobre o desempenho da cultura. Sabendo-se que o algodão é uma cultura bastante exigente em capital de giro (elevado custo de produção por ha, relativamente a outras lavouras), à parte a intromissão de outros fatores, uma diminuição do subsídio poderia motivar ajustamentos correspondentes da taxa de expansão da cultura. O gráfico parece indicar alguma correlação neste sentido.

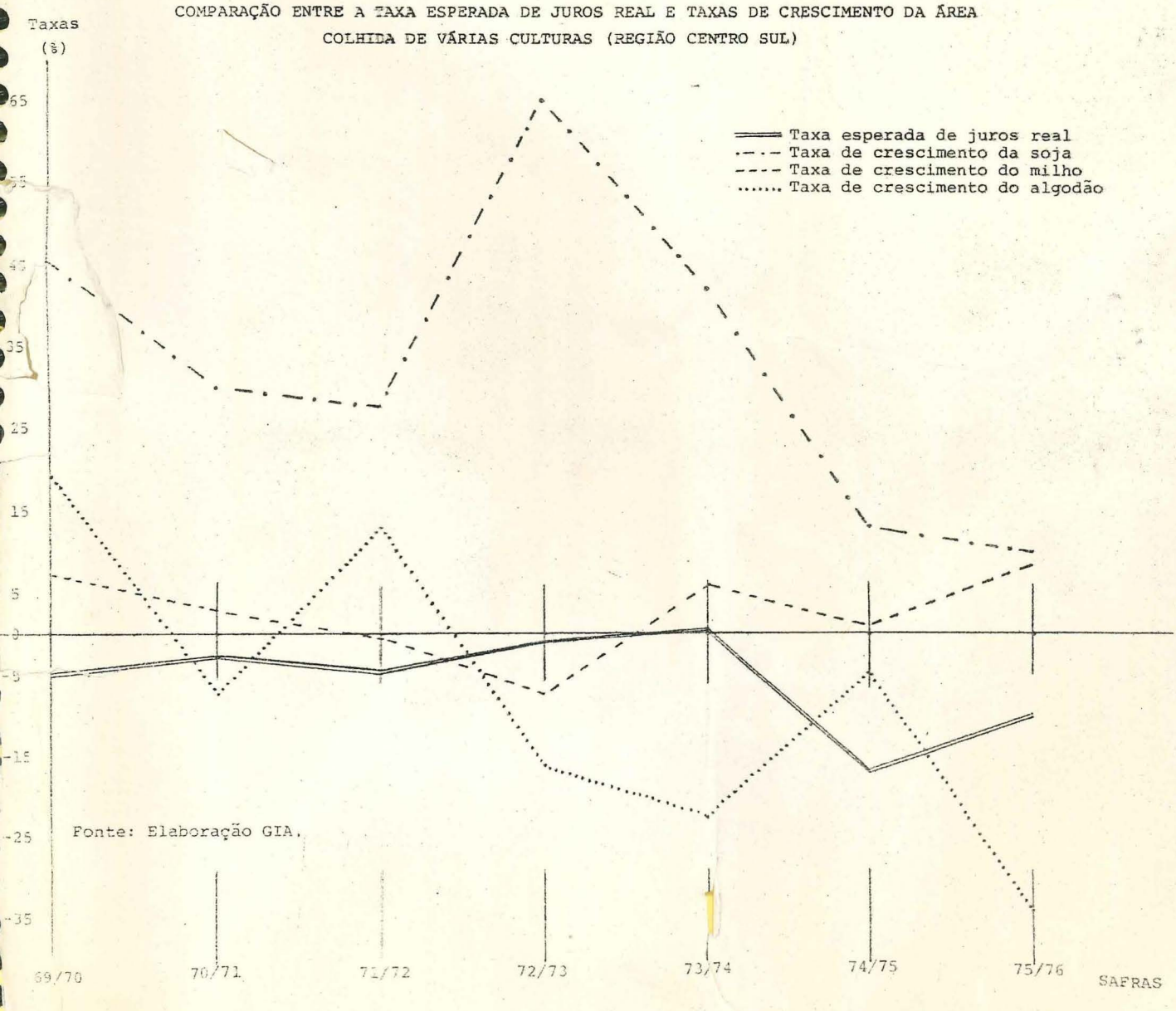
TAXA ESPERADA DE JUROS DE CUSTEIO REAL
E TAXAS DE CRESCIMENTO DAS ÁREAS COLHIDAS DE CULTURAS
(REGIÃO CENTRO SUL)

TAXAS / SAFRAS	Esperada de Juros de Custeio Real	Crescimento de Áreas Colhidas (Região Centro Sul)		
		SOJA	MILHO	ALGODÃO
69/70	-4,3	45,5	7,4	19,3
70/71	-2,7	30,1	2,9	- 7,3
71/72	-4,6	27,7	-0,5	13,1
72/73	-1,0	65,0	-7,4	-16,4
73/74	0,3	42,3	5,9	-22,4
74/75	-16,5	13,2	1,0	- 4,7
75/76	-10,0	10,2	8,2	-34,1

Fonte: FIBGE; Conjuntura Econômica; Banco do Brasil S/A.

Elaboração GIA.

COMPARAÇÃO ENTRE A TAXA ESPERADA DE JUROS REAL E TAXAS DE CRESCIMENTO DA ÁREA COLHIDA DE VÁRIAS CULTURAS (REGIÃO CENTRO SUL)



Fonte: Elaboração GIA.